



Poder Judiciário  
**Conselho Nacional de Justiça**

**PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 246 DE 12 DE AGOSTO DE 2025.**

Designa editor(a)-chefe da Revista de Altos Estudos da Academia Nacional de Polícia Judicial, estabelece membros(as) do Conselho Editorial e do Conselho Técnico-Científico e Jurisprudencial e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o contido no processo SEI/CNJ nº 06980/2025,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar como editor(a)-chefe da Revista de Altos Estudos da Academia Nacional de Polícia Judicial (RAE-ANPJ) o(a) Conselheiro Presidente do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

Art. 2º Integram o Conselho Editorial da RAE-ANPJ:

I - Secretário(a)-Geral do CNJ;

II - Secretário(a) de Estratégia e Projetos do CNJ;

III - Presidente da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ; e

IV - Diretor(a) do Departamento Nacional de Polícia Judicial.

Art. 3º Integram o Conselho Técnico-Científico e Jurisprudencial da RAE-ANPJ:

I - Membros(as) do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário;

II - Juiz(a) Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário;

III - Diretor(a) Executivo(a) da Academia Nacional de Polícia Judicial;

IV - Chefe da Divisão de Ensino da Academia Nacional de Polícia Judicial; e

V - Chefe Pedagógico da Academia Nacional de Polícia Judicial.

Art. 4º A Presidência do CNJ poderá indicar membros(as) não previstos(as) nesta Portaria para integrar o Conselho Editorial e o Conselho Técnico-Científico e Jurisprudencial.

Art. 5º São atribuições do(a) editor(a)-chefe da RAE-ANPJ:

I – coordenar as etapas de avaliação, editoração e divulgação dos números regulares e especiais da RAE-ANPJ;

II – conduzir os trabalhos do Conselho Editorial e do Conselho Técnico-Científico e Jurisprudencial;

III – promover a adoção dos critérios definidos pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para o Qualis-Periódicos;

IV – zelar pela aplicação do sistema de avaliação *double blind peer review*; e

V – apresentar os números da RAE-ANPJ ou designar membro(a) do Conselho Editorial.

Art. 6º São atribuições do Conselho Editorial da RAE-ANPJ:

I – avaliar os artigos submetidos à RAE-ANPJ e designados à sua análise, indicando seu parecer;

II – selecionar os trabalhos para publicação, mediante análise dos pareceres técnicos, do edital de chamamento de artigos e da política editorial da RAE-ANPJ;

III – zelar pela aplicação do sistema de avaliação *double blind peer review*;

IV – resolver os casos omissos do edital de chamamento de artigos;

V – sugerir temas para os dossiês temáticos da RAE-ANPJ ao(à) editor(a)-chefe; e

VI – contribuir para a divulgação da RAE-ANPJ.

Art. 7º São atribuições do Conselho Técnico-Científico e Jurisprudencial da RAE-ANPJ:

I – indicar acórdãos e/ou votos de relevância sobre o tema de segurança pública institucional para publicação na seção de jurisprudência;

II – sugerir ao(à) editor(a)-chefe temas para edições especiais da RAE-ANPJ; e

III – contribuir para a divulgação da RAE-ANPJ.

Art. 8º Cabe à Academia Nacional de Polícia Judicial assessorar o(a) editor(a)-chefe e gerir as etapas técnicas da RAE-ANPJ.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Ministro **Luís Roberto Barroso**

## **ANEXO DA PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 246 DE 12 DE AGOSTO DE 2025.**

### **Política Editorial da Revista de Altos Estudos da Academia Nacional de Polícia Judicial (RAE-ANPJ)**

#### **Linha Editorial e Objetivo**

A Revista de Altos Estudos da Academia Nacional de Polícia Judicial (RAE-ANPJ) é uma publicação científica semestral voltada à promoção e difusão do conhecimento aplicado à segurança pública institucional do Poder Judiciário, no fortalecimento das práticas de governança, inteligência e qualificação policial, bem como na interlocução com os direitos fundamentais, direitos humanos e valores democráticos.

Visa fomentar a produção científica no campo da segurança pública institucional, das ciências policiais, da justiça, da administração pública e das políticas judiciárias com impacto na segurança, priorizando abordagens empíricas, interdisciplinares e alinhadas à Estratégia Nacional da Polícia Judicial.

Serão acolhidos artigos, ensaios, estudos de caso, revisões críticas e sistematizadas de literatura nas seguintes áreas temáticas:

- Segurança pública institucional e proteção à independência do Poder Judiciário;
- Inteligência, análise de riscos e prevenção de crises;
- Formação e capacitação policial continuada;
- Inovação e tecnologias aplicadas à segurança pública institucional;
- Direitos humanos, acessibilidade e interação com populações vulnerabilizadas;

- Políticas públicas de segurança e justiça; e
- Criminologia, ciência política e direito público com interface na segurança pública institucional.

Serão aceitos apenas trabalhos inéditos em língua portuguesa e não submetidos simultaneamente a outros periódicos, nacionais ou internacionais.

### **Público-alvo**

A revista destina-se a:

- Pesquisadores, docentes e discentes das áreas de segurança pública (geral ou institucional), direito, ciência política, administração e ciências sociais aplicadas;
- Policiais judiciais, profissionais de segurança pública institucional de outros poderes e operadores do Sistema de Justiça;
- Gestores públicos e especialistas em políticas de segurança e defesa.

### **Periodicidade**

A RAE-ANPJ é uma revista semestral, com edições publicadas em março e setembro de cada ano.

O recebimento de trabalhos está condicionado ao Edital de Chamamento de Artigos, publicado semestralmente nos canais oficiais do CNJ.

### **Sistema de Avaliação – às Cegas e por Pares**

Adotamos o rigoroso processo de avaliação duplo-cego por pares (*double blind peer review*), com os seguintes critérios e procedimentos:

- Os textos, após triagem editorial inicial e verificação de conformidade com as normas da revista, terão suprimidas quaisquer informações que identifiquem os autores.
- Serão então encaminhados a 2 (dois) pareceristas doutores com experiência na área temática.
- Em caso de pareceres contraditórios, o texto será submetido a um terceiro avaliador.
- A avaliação observará critérios como relevância, originalidade, rigor metodológico, fundamentação teórica e contribuição científica.

Decisões possíveis:

- Aceito sem restrições;
- Correções obrigatórias (com prazo de 10 (dez) dias úteis para devolução);
- Rejeitado;
- Sugestão de submissão a outro veículo.

A publicação exige 2 (dois) pareceres favoráveis e aprovação final pelo Conselho Editorial da RAE-ANPJ.

### **Prazos e Condições**

- Cada parecerista tem até 3 (três) semanas para emitir seu parecer.
- O tempo médio entre submissão e publicação é de até 20 (vinte) semanas.
- A revista não cobra quaisquer taxas de submissão, avaliação ou publicação.

### **Acesso Livre**

A RAE-ANPJ é uma revista de acesso livre e gratuito, sendo seus artigos disponibilizados para leitura, *download*, impressão e compartilhamento, desde que citada corretamente a fonte e a autoria.

Todos os artigos são publicados sob licença: *Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Sem Derivações 4.0 Internacional* (CC BY-NC-ND 4.0).

### **Responsabilidade**

O conteúdo, opiniões e eventuais erros nos artigos publicados são de responsabilidade exclusiva dos autores. Esses textos não expressam, necessariamente, o posicionamento institucional da ANPJ, do DNPJ ou do CNJ.

### **Arquivamento**

A RAE-ANPJ adota sistemas de preservação digital via *LOCKSS* e *CLOCKSS*, garantindo a segurança, integridade e recuperação dos conteúdos publicados ao longo do tempo.

### **Ética e Boas Práticas de Publicação**

A Revista de Altos Estudos da Academia Nacional de Polícia Judicial (RAE-ANPJ) afirma seu compromisso com a ética, integridade acadêmica e a qualidade científica de seus conteúdos, aderindo às boas práticas internacionais de publicação científica.

A RAE-ANPJ funcionará na plataforma *Open Journal Systems* (OJS) e adotará o sistema de avaliação por pares às cegas (*double blind peer review*), garantindo a isenção e a transparência em todas as etapas do fluxo editorial.

Serão estimulados valores como honestidade intelectual, responsabilidade, rigor metodológico e respeito à originalidade científica. Serão expressamente repudiadas práticas como plágio, autoplágio, falsificação de dados e submissões múltiplas ou simultâneas.

As opiniões expressas e a integridade do conteúdo dos textos publicados na revista são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando, necessariamente, a posição institucional da Academia Nacional de Polícia Judicial (ANPJ), do Departamento Nacional de Polícia Judicial (DNPJ) ou do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A RAE-ANPJ seguirá os princípios estabelecidos pelo Comitê de Ética em Publicações (COPE) e adotará padrões éticos reconhecidos nacional e internacionalmente para autores, pareceristas, editores e demais agentes envolvidos na publicação científica.

### **Deveres da Equipe Editorial**

- Decisão de publicação: o(a) editor(a)-chefe, em conjunto com o Conselho Editorial, decidirá sobre a publicação dos artigos, com base na linha editorial da revista, nos pareceres recebidos e nas normas éticas vigentes.
- Avaliação isenta: o conteúdo dos artigos será avaliado exclusivamente por seus méritos intelectuais, sem qualquer tipo de discriminação de ordem política, filosófica, religiosa, étnica, de nacionalidade, de gênero ou orientação sexual dos autores(as).
- Confidencialidade: informações sobre os artigos submetidos são restritas aos autores, pareceristas e à equipe editorial diretamente envolvida no processo.
- Conflito de interesses: editores e membros do conselho devem declarar impedimentos quando houver conflito de interesses por relação pessoal, profissional ou institucional com os autores(as) dos artigos submetidos.
- Medidas corretivas: a equipe editorial compromete-se a adotar medidas adequadas diante de quaisquer reclamações éticas sobre trabalhos submetidos ou publicados, inclusive com a possibilidade de retratação.

### **Deveres dos Pareceristas**

- Colaboração científica: a atuação dos pareceristas visa contribuir com a qualidade da publicação, oferecendo recomendações técnicas e críticas construtivas.
- Recusa justificada: o parecerista deverá recusar a avaliação caso não se sinta qualificado para o tema ou esteja impossibilitado de cumprir o prazo estipulado.
- Sigilo e confidencialidade: todos os textos submetidos devem ser tratados como documentos confidenciais.
- Objetividade e clareza: a avaliação deve ser realizada de forma técnica, objetiva, impessoal e fundamentada.
- Reconhecimento de fontes: o parecerista deve indicar eventuais omissões bibliográficas relevantes ou identificação de sobreposição com outros trabalhos publicados.
- Conflito de interesses: pareceristas devem se declarar impedidos de avaliar textos em que haja qualquer relação de proximidade ou competição com os autores.

### **Deveres dos Autores**

- Contribuição autoral: são considerados autores(as) aqueles que efetivamente contribuíram para a concepção, execução ou análise do estudo. Todos os(as) autores(as) devem aprovar a versão final submetida.
- Originalidade e ineditismo: os trabalhos submetidos à RAE-ANPJ devem ser originais, inéditos no Brasil e não podem estar em avaliação por outro periódico.
- Precisão e transparência: os(as) autores(as) devem relatar com exatidão os dados, métodos, resultados e fontes utilizadas, permitindo a reprodutibilidade e a verificação do estudo.
- Reconhecimento de fontes: toda citação direta ou indireta de obras de terceiros deve ser devidamente referenciada. O uso de informações obtidas em caráter confidencial requer autorização expressa da fonte.

- Conflito de interesses: todos os(as) autores(as) devem declarar eventuais conflitos de interesse e informar fontes de financiamento ou apoio institucional recebidos.
- Correção de erros: caso o(a) autor(a) identifique um erro relevante em artigo já publicado, deve notificar imediatamente a equipe editorial, colaborando com sua correção ou retratação.
- Ética em pesquisa: quando a pesquisa envolver seres humanos, o(a) autor(a) deve declarar o cumprimento das normas éticas nacionais e, sempre que aplicável, o parecer favorável de Comitê de Ética em Pesquisa.
- Consequências por violação: a submissão implica aceitação desta política. A identificação de violação ética poderá ensejar a rejeição ou retirada do artigo publicado, com indicação pública da motivação.

### Condições de Submissão

Como parte do processo de submissão, os(as) autores(as) devem obrigatoriamente verificar a conformidade do artigo em relação a todos os critérios abaixo. Submissões em desacordo com as normas serão devolvidas.

1. O(a) autor(a) principal deve possuir título de mestrado, doutorado ou pós-doutorado em qualquer área do conhecimento.
2. São aceitos artigos com até 3 (três) autores(as), desde que ao menos um(a) possua o grau de mestre, doutor ou pós-doutor.
3. O artigo deve ser inédito no Brasil, redigido em língua portuguesa, e não pode estar submetido simultaneamente a outro periódico, seja em meio impresso ou eletrônico.
4. Após publicação na RAE-ANPJ, o artigo poderá ser reproduzido em outros veículos, desde que seja citada a publicação original.
5. A submissão não gera nenhum tipo de remuneração ou pagamento de direitos autorais aos autores, em qualquer mídia.
6. O arquivo do artigo deve ser enviado preferencialmente em formato .doc ou .docx (Microsoft Word 97 ou superior). Arquivos em outros formatos devem ser convertidos para RTF ou ODT.
7. O envio do material implica a declaração tácita de ineditismo e originalidade por parte dos autores.
8. Cada autor(a) pode submeter apenas um artigo por chamada pública.
9. O artigo deve estar isento de qualquer menção de autoria no corpo do texto, em razão do processo de avaliação duplo-cego.
10. Todos os artigos devem ser submetidos a verificação antiplágio, preferencialmente com o uso de software indicado pela equipe editorial.
11. Recomenda-se o uso de dados públicos e confiáveis, especialmente aqueles produzidos ou disponibilizados por órgãos do Sistema de Justiça e Segurança Pública.
12. O artigo deve estar de acordo com as normas da ABNT, conforme abaixo:
  - Resumo: ABNT NBR 6028:2021
  - Citações: ABNT NBR 10520:2023
  - Referências: ABNT NBR 6023:2018
13. É de responsabilidade dos(as) autores(as) acompanhar todo o processo editorial por meio do sistema da revista.

### Diretrizes para submissão

Os artigos devem seguir os seguintes critérios de formatação:

1. Página de rosto (arquivo separado do corpo do artigo):
  - Título do trabalho em português e em inglês (negrito e centralizado);
  - Nome(s) do(s) autor(es), CPF, *e-mail*, endereço completo para correspondência, telefone;
  - Minicurrículo;
  - Resumo em português e palavras-chave;
  - *Abstract* em inglês e *keywords*.
2. Resumo:
  - Até 10 (dez) linhas, em parágrafo único;
  - Deve conter: objeto, objetivo, método e conclusão;
  - Conforme ABNT NBR 6028:2021.
3. Palavras-chave:

- Até 5 termos representativos do conteúdo do artigo.
4. Estrutura do artigo:
- Tamanho: entre 15 e 25 páginas;
  - Formato: A4, fonte Times New Roman 12, espaçamento simples, parágrafos justificados;
  - Margens: superior e inferior de 2 cm; laterais de 3 cm;
  - Divisão: introdução (com objetivos e justificativa), desenvolvimento (com discussão e embasamento bibliográfico), considerações finais (com síntese dos resultados) e referências;
  - Numeração progressiva dos tópicos (ex.: 1, 2, 2.1, 2.1.1);
  - Destaques apenas em *itálico* (evitar negrito e sublinhado).
5. Citações e notas:
- Citações com até 3 linhas: entre aspas, no corpo do texto;
  - Citações com mais de 3 linhas: parágrafo próprio, recuo de 4 cm, fonte 11, sem aspas, conforme ABNT NBR 10520:2023 (citações em documentos);
  - Notas de rodapé: para explicações e complementações, evitando referências bibliográficas.
6. Referências:
- Devem seguir a ABNT NBR 6023:2018;
  - Devem constar no final do artigo sob o título “Referências”;
  - Utilizar sistema “Autor: data” no corpo do texto.

### **Avaliação dos Artigos**

1. Após submissão e verificação das normas, o artigo será avaliado preliminarmente pela equipe editorial quanto à adequação temática e metodológica.
2. Estando de acordo, será anônima e duplamente avaliado por pares externos.
3. Cada parecerista terá três semanas para emitir sua análise.
4. As possibilidades de decisão são:
  - Aceitação sem correções;
  - Correções obrigatórias (prazo de 10 dias úteis para retorno);
  - Rejeição;
  - Sugestão de submissão a outro periódico.
5. Para publicação, são exigidos dois pareceres positivos e a aprovação do Conselho Editorial.
6. O tempo médio entre submissão e publicação é de até 20 semanas.
7. Artigos aprovados e não publicados na edição vigente poderão permanecer em banco de artigos, para eventual publicação futura.

### **Seleção e Decisão Editorial**

- A seleção final compete ao Conselho Editorial da RAE-ANPJ, com base nos pareceres recebidos.
- As decisões editoriais são definitivas e irrecorríveis.

### **Critérios Fundamentais de Avaliação**

1. Ineditismo e originalidade do trabalho;
2. Relevância científica e institucional da proposta;
3. Adequação à linha editorial da RAE-ANPJ;
4. Clareza, coerência e fundamentação teórica e metodológica;
5. Qualificação acadêmica do(s) autor(es);
6. Artigos com revisão bibliográfica simples ou relatos de experiência não sistematizados não serão aceitos.
7. Todos os artigos serão submetidos a sistema antiplágio antes da avaliação.

### **Declaração de Direito Autoral**

1. Ao submeter o artigo, os autores cedem o direito de publicação sem exigência de remuneração.
2. Os autores mantêm os direitos autorais, comprometendo-se a citar a publicação original em republicações.
3. A responsabilidade pelas opiniões e conteúdos é exclusiva dos autores.

**Privacidade**

Os dados fornecidos à RAE-ANPJ serão utilizados exclusivamente para fins editoriais e de avaliação científica, em conformidade com a LGPD. Não serão compartilhados com terceiros sem autorização expressa.

**Submissões especiais**

A seção "Artigos Convidados" poderá incluir contribuições de autoridades, especialistas ou servidores(as) públicos(as) convidados(as) pela equipe editorial, desde que tenham notório saber e domínio sobre os temas tratados. Tais textos também estarão sujeitos à revisão editorial e deverão respeitar os princípios de integridade científica.

**Casos Omissos**

Casos omissos ou situações excepcionais serão decididos pelo Conselho Editorial da RAE-ANPJ.



Documento assinado eletronicamente por **Luís Roberto Barroso, PRESIDENTE**, em 18/08/2025, às 14:38, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **2285913** e o código CRC **5256F480**.